

Amadeu Sousa Pereira - Advogado
Tel / Fax : 212071401
Telemóvel : 968890636
Email: aspereira-8982L@adv.aa.pt
Site: www.amadeusousapereira-advogado.com
Visite também : <http://naosedeixenganar.com/>

Consultório Jurídico

Negócios Usurários



AMADEU SOUSA PEREIRA

Na sociedade em que vivemos e no ordenamento jurídico que temos é permitido aos agentes económicos fixar livremente o conteúdo dos contratos, porém, o Direito pode ser chamado a intervir em negócios onde se verifique um desequilíbrio não justificado nas prestações, entre as partes.

O artigo 282º do Código Civil, diz o seguinte sobre negócios usurários : 1) É anulável, por usura, o negócio jurídico, quando alguém, explorando a situação de necessidade, inexperiência, ligeireza, dependência, estado mental ou fraqueza de carácter de outrem, obtiver deste, para si ou para terceiro, a promessa ou a concessão de benefícios excessivos ou injustificados.

Para que o negócio seja considerado usurário, é necessário que haja uma situação de debilidade e inferioridade no momento da celebração do negócio, ou seja, que alguém se encontre numa "situação de necessidade, inexperiência, ligeireza, dependência, estado mental ou fraqueza de carácter". Por outro lado, a situação de inferioridade deve ter sido essencial para a emissão da declaração negocial e seus termos, uma vez que se o lesado não estivesse em tal posição, não teria celebrado o negócio ou fá-lo-ia com contornos diferentes.

Mais ainda, no momento da celebração do negócio, deverá ter existido um aproveitamento consciente da situação de inferioridade, isto é, o usurário tirou partido da posição de necessidade, inexperiência, ligeireza, dependência, estado mental ou fraqueza de carácter, em que outrem se encontrava.

A promessa ou a concessão de benefícios excessivos ou injustificados, frequentemente, são determinantes para configurar o negócio usurário. Pretendo aqui expressar a noção de que deverá existir uma injustificada desproporção entre as prestações que têm lugar por efeito do negócio celebrado. Em função do caso concreto, deve fazer-se uma avaliação detalhada e profunda, do eventual excesso ou injustiça do proveito conseguido pela parte mais forte da relação negocial.

De acordo com o artigo 287º do Código Civil, só têm legitimidade para arguir a anulabilidade as pessoas em cujo interesse a lei estabelece, e só dentro do ano subsequente à cessação do vício que lhe serve de fundamento, porém, enquanto o negócio não estiver cumprido, pode a anulabilidade ser arguida, sem dependência de prazo, podendo a parte contrária opor-se ao pedido, declarando aceitar a modificação do negócio segundo juízos de equidade e podendo a modificação ter lugar pela sua redução ou conversão.

Por fim cabe mencionar que segundo o artigo 284 do CC a usura pode ser considerada criminosa e caso tenha provocado danos, pode haver lugar a indemnização, nos termos do artigo 227º do Código Civil.